

O debate sobre o Contrato de Concessão da RTP



Nuno Artur Silva

A revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão agora em curso é uma excelente oportunidade para um debate alargado sobre os princípios orientadores da RTP para o futuro próximo, no contexto global de transformação acelerada dos *media*, das suas mudanças tecnológicas e das suas formas e hábitos de consumo.

Terminada a consulta pública, que decorreu durante o mês de Maio e reuniu uma assinalável quantidade de contributos diversos, procedemos agora à análise dessas críticas e propostas, incorporando o que avaliamos como pertinente na perspectiva do interesse público de forma a chegarmos a um documento que possa ser mais consensual e, sobretudo, mais orientador das estratégias a adoptar pelo Serviço Público de *Media* face aos desafios do nosso tempo.

O debate que tem existido e continua a existir é um excelente sinal da importância que é dada ao assunto e à relevância que tem a RTP na nossa sociedade – e que é fundamental que continue a ter.

A RTP é, porventura, das grandes empresas públicas (ou de capitais totalmente públicos) aquela que é mais decisiva para a cultura e identidade da nossa comunidade.

A ligação de cada cidadão com a RTP, expressa no acto económico e social, efectivo e simbólico, que é o pagamento da Contribuição Audiovisual, deve ser realçada e desenvolvida. É essencial que se perceba que a RTP, mais do que ser a televisão do Estado, é a Televisão Pública, de todos e de cada um de nós, cidadãos.

A RTP é território comum, agora, espaço de encontro, necessário espaço de urbanidade contra a polarização da sociedade.

E no debate ou nas considerações que se façam sobre a RTP é necessário termos esta moldura ampla e não fecharmos a discussão em afunilamentos que facilmente desembocarão em simplismos populistas que diminuam a importância do que está em jogo e comprometem a escala maior do que aqui está em causa.

Discute-se mais, quase sempre de forma não isenta, se a informação está ao serviço deste ou daquele partido, do Governo ou da oposição, e muito menos, de forma séria, pura e simplesmente se o jornalismo tem a qualidade exigida ou se o combate à desinformação é rigoroso, empenhado e permanente.

Reduz-se a RTP à RTP1, e a sua prestação e relevância ao *rating* e *share* dos seus programas, ignorando que a distinção da RTP é ser cada vez menos apenas a RTP1 e cada vez mais a totalidade dos seus canais e

plataformas; e a sua relevância deve ser cada vez mais medida pela sua capacidade de promover a qualidade e a diversidade.

Fala-se muito de quanto custa a RTP, mas pouco do quanto ela oferece a todos nós – e do que, sem a RTP, não existiria. Por mais oferta que exista hoje nos múltiplos canais de todo o tipo à nossa disposição, nenhum investe como a RTP investe em conteúdos portugueses – sobretudo os conteúdos que têm valor de inovação ou valor patrimonial: cinema, séries, documentários, animação, música, artes performativas, programas de autor e, claro, a promoção e divulgação cultural – para o número mais alargado possível de minorias. Para a mais completa diversidade de públicos. Para todos os cidadãos.

Nas suas diversas plataformas e canais, que é fundamental desenvolver: com nova tecnologia, com mais funcionalidades, com melhor personalização; com mais valor de produção para poder ter padrões de qualidade que garantam maior prestação, alcance e internacionalização.

Os trabalhadores da RTP e a sua dignificação profissional são condição indispensável para a prestação de um serviço público de qualidade. Mas a RTP, com os seus trabalhadores, é dos milhões de portugueses em Portugal e em todo o mundo.

Tal como é parte fundamental da produção independente, com a qual tem obrigações de investimento que a tornam num pilar central da arte e indústria do cinema e do audiovisual em Portugal, numa parceria estrutural que enriquece as suas grelhas e plataformas com o melhor e mais significativo nos diferentes géneros audiovisuais produzidos em Portugal ou em co-produção com portugueses, com ambição de internacionalização.

A RTP não pode ficar refém de nenhuns interesses ou agendas sectoriais: políticos, económicos, religiosos, desportivos ou culturais.

Nem pode haver na RTP qualquer tipo de censura ou impedimento prévio a qualquer conteúdo, salvaguardando as excepções previstas na lei e, consequentemente, no Contrato de Concessão (por exemplo, quanto a conteúdos racistas, xenófobos ou de incitamento ao ódio).

Uma observação sobre a questão da transmissão das touradas, que tem causado grande polémica pública: não há qualquer proibição de transmissão de touradas na RTP. Não há, aliás, qualquer referência a tourada no Contrato de Concessão, nem no actual nem na proposta apresentada.

O que se acrescenta na nova proposta é que a RTP deve, nos seus programas, promover o respeito pelos direitos humanos (como constava no contrato anterior), a inclusão e a representatividade social, bem como promover o respeito pela sustentabilidade



Para a RTP cumprir o seu papel insubstituível de promoção da Língua e da Cultura Portuguesa, é fundamental reforçar o seu financiamento. É nisso que estamos empenhados

ambiental e pelo bem-estar animal.

Se há uma contradição entre o disposto no Contrato de Concessão e a transmissão de touradas, ela será uma contradição que existe na nossa sociedade. Também por isso faz sentido que essa disposição exista no Contrato de Concessão. Têm os directores de programas legitimidade para decidirem e a sociedade, obviamente, legitimidade para o discutir.

A RTP tem hoje um modelo de governação e financiamento aprovado pela AR que tem permitido um funcionamento estável nos últimos anos, como a generalidade da população reconhece.

Neste momento em que procedemos à revisão do seu Contrato de Concessão é, contudo, necessário estabelecer com clareza o seguinte: para a RTP cumprir o seu papel insubstituível de promoção da Língua Portuguesa e da Cultura Portuguesa, em todas as declinações que constam do Contrato de Concessão, é indispensável que desenvolva novos canais e plataformas para poder chegar com mais conteúdos a mais e diferentes pessoas de mais e diferentes maneiras.

Para isso é fundamental um reforço do seu financiamento, um reforço realista e possível (ainda não o reforço que nos coloque no valor médio europeu de financiamento dos serviços públicos de rádio e televisão, que é quatro a cinco vezes superior ao nosso). É nisso que estamos empenhados, mas só o conseguiremos se o debate sobre a RTP esclarecer os cidadãos da importância da sua missão no cumprimento de um verdadeiro Serviço Público de Rádio e Televisão, democrático, livre, independente e plural.

Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media

NUNO FERREIRA SANTOS

